

# CDP: CRESCCE REPORTE DE RISCOS AMBIENTAIS

Demanda de investidores gera aumento de 30%  
no número de empresas que divulgam  
dados climáticos, hídricos e florestais no Brasil

MARTHA ELIZABETH CORAZZA

**C**riado em 2000 e com o início das atividades no Brasil em 2006, o *Carbon Disclosure Project* (CDP) registra nos últimos dois anos um salto de crescimento no País, com o avanço do número de signatários e de companhias que fazem *reports* sobre suas práticas ambientais para mapear os riscos associados a questões climáticas, florestais e de segurança hídrica. “Esse cres-

cimento teve como principal motivador a ação dos investidores, que passaram a exigir das empresas as informações sobre os temas abrangidos pelo CDP”, informa Laís Cesar, Gerente de Desenvolvimento de Negócios do CDP na América Latina. Ela diz que o número de empresas que reportam seus dados no Brasil passou de 986 em 2021 para 1.300 no ano passado, um aumento de 30%.

## ►► RISCOS AMBIENTAIS

Essas 1.300 companhias representam um total de R\$ 113 bilhões em riscos ligados às mudanças climáticas, que podem se traduzir em riscos físicos, como nos casos de secas que impactam o agronegócio, levam à menor produtividade, menos lucro e redução do valor de mercado das companhias. O maior interesse pela cobrança de informações veio das instituições financeiras, puxado desde 2020 pela agenda internacional de investimentos responsáveis (que seguem práticas de sustentabilidade ambiental, social e de governança ou ESG na sigla em inglês).

Mas o crescimento não ocorreu apenas no Brasil. O número de empresas que reportam informações ao CDP no mundo passou de 13 mil para mais de 18 mil entre 2021 e 2022, totalizando cerca de 50% da capitalização do mercado global.

O *Carbon Disclosure Project* detém o maior banco de dados ambiental do mundo e está totalmente alinhado à TCFD (*Task Force on Climate-related Financial Disclosures*), uma força-tarefa que reúne diversas organizações dedicadas a desenvolver um padrão comum para as empresas mapearem e divulgarem os riscos financeiros relacionados ao clima. É, ainda, membro fundador das iniciativas *Science Based Targets*, *We Mean Business Coalition*, *The Investor Agenda* e da *Net Zero Asset Managers*.

No Brasil, o Projeto tem atualmente 32 signatários, incluindo bancos, *assets*, seguradoras, fundos de pensão e outros *players* do mercado, com o número de casas gestoras de investimentos passando de 15 para 18 no ano passado. Mas apesar dos avanços recentes, o País ainda está no início do caminho dos investimentos ambientalmente responsáveis, lembra Laís Cesar, o que está refletido no número de fundos de investimento exclusivamente dedicados ao tema ESG por aqui: são US\$ 3 bilhões em patrimônio contra um volume mundial de US\$ 16 trilhões.

“É ainda um número muito baixo, mas esse é um trabalho que está sendo desenvolvido agora entre os reguladores e autorreguladores. Em 2023, devemos ter novidades nessa área”, acredita a Gerente. As medidas que visam aumentar a transparência da comunicação de informações sobre riscos ambientais integram o planejamento do Banco Central brasileiro e estão alinhadas com o trabalho feito pelo Banco Central britânico.

Apesar de avanços recentes, o Brasil ainda está no começo do caminho dos investimentos responsáveis, com 32 signatários ao CDP

O relatório divulgado no final do ano passado pelo Banco Central mostra a relação entre os diversos tipos de riscos envolvidos. “O olhar do BC procura identificar como os riscos climáticos podem afetar os riscos financeiros e o sistema financeiro nacional, em linha com o que foi feito na Inglaterra para avaliar os impactos em vários cenários de aquecimento global”, conta Cesar.

No relatório da autoridade monetária brasileira (Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas) estão detalhadas as frentes de trabalho criadas para tornar mais efetiva a atuação do BC na identificação e gestão dos riscos ESG. O plano de ação surgiu à medida que aumentou a preocupação com as crescentes exigências da regulação global por conta do que está sendo solicitado na Europa, observa Cesar.

### Padrão ISSB para o clima

Entre as principais medidas a serem adotadas pelo CDP em 2023 está a incorporação do padrão de divulgação do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (*International Sustainability Standards Board - ISSB*) relacionado às mudanças climáticas, que passará a integrar a sua plataforma global de divulgação ambiental. O anúncio da incorporação foi feito em novembro passado durante a COP 27, no Egito. “Essa decisão deverá apoiar a divulgação dos dados

porque os participantes do mercado já estão bem acostumados ao padrão do ISSB. Hoje há diversos *frameworks* para isso, mas a decisão de adotar um padrão já bem conhecido facilitará o processo”, diz.

Caberá ao CDP transmitir esses dados aos investidores e outros *stakeholders* ao dar acesso às informações ambientais das empresas em formato consistente e comparável em todas as regiões. Além disso, o CDP fornecerá à Fundação IFRS (*International Financial Reporting Standards Foundation*), que supervisiona a definição de padrões de relatórios financeiros, os dados sobre todas as divulgações feitas em relação ao padrão climático, o que permitirá monitorar a adoção e implementação efetiva dos mesmos.

Como o CDP está muito alinhado à TCFD, cujo *framework* já é bem conhecido, e como o IFRS S2 (Divulgação Relacionada ao Clima, da Fundação IFRS) está identificado em alguns pontos com essa força-tarefa, a transição das empresas deve ser suave, sem desgastes. O objetivo é que as companhias já estejam alinhadas ao padrão global no ciclo de divulgação de informações de 2024, o que significa que esses dados estarão refletidos nos relatórios do CDP em 2025.

O anúncio feito pelo CDP enviou um sinal importante para o mercado ao mostrar que o CDP e o ISSB estão unidos para responder

Por aqui, os riscos florestais estão ligados à produção de soja, criação de gado e produtos madeireiros

à demanda crescente por informações eficazes e consistentes a respeito das questões climáticas. O padrão será incorporado aos questionários do CDP emitidos anualmente para as companhias em nome de 680 instituições financeiras signatárias, que respondem por mais de US\$ 130 trilhões em ativos.

### Grupos de trabalho

Em pouco mais de vinte anos de trabalho, o CDP conseguiu ser uma referência global em questões ambientais e faz um trabalho forte junto aos *stakeholders* para medir as emissões de escopo 3 (todas as emissões de CO2 de responsabilidade indireta que ocorrem ao longo de toda a cadeia de valor da empresa).

Em 2020, foram concebidos e criados Grupos de Trabalho no País porque a atuação aqui começou a ficar mais forte, explica Laís Cesar. São dois grupos: um é dedicado aos planos de transição climática e aos indicadores que permeiam toda a companhia. O segundo, que tem crescido nos últimos dois anos, é

voltado às florestas. “Também fizemos uma capacitação do tema para evidenciar como esse risco afeta o valor das empresas, além de criarmos uma ferramenta que mapeia os riscos florestais presentes nas carteiras de investimento”, detalha Cesar.

No caso do Brasil, esses riscos estão ligados principalmente à produção de soja, à criação de gado e às atividades que envolvem produtos madeireiros. Mas o grupo de florestas inclui ainda a extração de óleo de palma, um problema mais presente no sudeste asiático. “Oferecemos informações aos investidores, mas também ferramentas para que eles possam atuar junto às empresas investidas. A proposta é apoiar as tomadas de decisões de investimento e gerenciamento de riscos”, complementa.

### Conscientização

A participação dos fundos de pensão brasileiros no CDP é importante, mas apenas os dois maiores têm sido ativos no engajamento corporativo. “O trabalho do CDP, como um megabanco de dados ambientais, dá aos investidores signatários a oportunidade de analisar riscos, mas ele ainda é pouco utilizado diante do que oferece”, analisa Raquel Castelpoggi, Coordenadora da Comissão Técnica de Sustentabilidade da Abrapp e suplente do representante da Abrapp no Conselho Consultivo do CDP. Para as

fundações que terceirizam a gestão de investimentos, o melhor caminho é exigir dos gestores externos o compromisso de utilizarem as ferramentas do CDP. “Isso é vital porque são investidores que têm responsabilidade fiduciária e não podem alegar desconhecimento do assunto”, salienta Castelpoggi.

A Abrapp tem uma atuação firme no CDP desde que ele chegou ao Brasil, integrando o seu Conselho Consultivo de forma atuante, diz a Coordenadora. “Além disso, é signatária do PRI (*Principles for Responsible Investment*) e tem uma produção extensa de Guias e Manuais a respeito de investimentos sustentáveis.”

Depois dos casos de Mariana e Brumadinho, em MG, e outros episódios mais recentes, como os de exploração do trabalho análogo à escravidão no Rio Grande do Sul, investidores brasileiros ainda parecem não ter noção do risco que correm. “Eles não fazem uma análise detalhada dos riscos ambientais ou sociais. Também não questionam se as companhias em que investem fazem isso ou se têm previsão e provisão orçamentária para arcar com esses potenciais danos”, aponta Castelpoggi.

Muitos também ignoram o fato de que a contratação de prestadores de serviços terceirizados não exime da responsabilidade em relação aos riscos. “Não dá para deixar o assunto de lado porque a

### Signatária do CDP desde 2006, a FRG editou seu primeiro manual de sustentabilidade dos investimentos em 2012

responsabilidade final chega até o investidor. Se ele tem uma organização que dá ferramentas para identificar e gerenciar riscos e não a utiliza, ficará difícil explicar no futuro, em caso de danos ao investimento”, avisa.

Dentro do planejamento estratégico da Abrapp, a agenda do CDP deverá ganhar atenção especial este ano. “Vamos fazer um trabalho conjunto para mostrar a importância desse tema”, conclui a Coordenadora.

### O case da Real Grandeza

Uma das primeiras entidades a ser signatária do CDP, ainda em 2006, a fundação Real Grandeza editou a primeira versão de seu manual de sustentabilidade dos investimentos em 2012, com questionários enviados a empresas e gestores. “Nesses questionários já havia perguntas específicas sobre os programas de redução das emissões de carbono e se eles eram signatários do CDP ou do PRI”, conta Marcia Micheli, Analista de Inves-

timentos que participou da elaboração do manual.

Ela observa que o CDP tem tido, ao longo do tempo, um trabalho relevante que inclui o aquecimento global, água e florestas. “Olhamos muito para o ângulo do engajamento com as empresas investidas. Recentemente, com a mudança do modelo de gestão, que passou a ser mais terceirizada, foi preciso descentralizar o manual e dividir seu conteúdo”, detalha Micheli, acrescentando que, para os gestores dos fundos exclusivos, a fundação inclui uma cláusula contratual que exige o compromisso com cada tópico ESG.

As políticas de investimento têm um item específico de responsabilidade ESG, além de enfatizar a importância de a fundação ser signatária de iniciativas como o CDP e o PRI. “Recebemos toda a comunicação sobre temas específicos. Em 2022, cresceu o número de empresas que reportaram seus dados ao CDP sobre emissões de carbono e riscos florestais”, conta Micheli. O mais importante sob o ponto de vista da fundação é explorar a oportunidade de engajamentos e trocas de informações junto a outros investidores signatários.

A Analista destaca ainda a relevância de contar com ferramentas e estudos do CDP que permitem visualizar dados nacionais e globais. ■